

CONTINUIDADES DA POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA NO PÓS-GUERRA FRIA: OS IMPERATIVOS DA DEMOCRACIA E DO MERCADO

Continuities of american foreign Policy in The Post-Cold War: The Imperatives of democracy And Market

Leandro Carlos Dias Conde¹

Introdução

Partimos, neste trabalho, do esquema de interpretação da Guerra Fria proposto por Noam Chomsky (2003), no qual o autor enfatiza a existência de duas leituras possíveis da ordem mundial na Guerra Fria: a da interpretação convencional e a que examina os fatos históricos. Ambas produzindo respostas bem distintas. A visão ortodoxa ou convencional está resumida pelo documento estadunidense fundamental da Guerra Fria, o *National Security Council* 68 (NSC-68) de abril de 1950, redigido pouco antes da Guerra da Coreia. A argumentação básica da visão ortodoxa é a que presa uma divisão maniqueísta do mundo entre o bem (Estados Unidos) e o mal (União Soviética), um mundo com dois lados opostos, em que não há arranjo nem acordo possível. A outra é a visão que está preocupada em examinar os fatos históricos, lançando luz sobre a retórica da política externa estadunidense, é a partir desta visão que este trabalho se estrutura.

Como avalia Lima (1996), formou-se uma verdadeira “indústria explicativa” sobre a ordem pós-Guerra Fria, com muitas análises e interpretações indicando várias agendas e criando modelos explicativos. Estas interpretações e hipóteses buscam caracterizar como a ordem mundial pós-Guerra Fria interage com o papel norte-americano, isto é, quais as agendas e estratégias da política externa dos Estados Unidos

¹ Mestrando em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ) (leandrocdconde@gmail.com).

para a manutenção e expansão de seu poder. A avaliação empreendida por esses analistas, estrategistas e estudiosos ligados a universidades ou a governos produz cenários que reproduzem seus interesses e as estratégias para concretizá-los

As mais notórias interpretações e reflexões do novo momento histórico, repetidas e apresentadas pelos *policymakers* e intelectuais do establishment reproduzem muito do histórico debate entre internacionalistas ou isolacionistas, unilateralistas ou multilateralistas, conservadores ou liberais. Estes debates aparecem frequentemente nos discursos desde o fim da Guerra Fria ora um assumindo mais força que o outro e vice versa na orientação da política externa de Washington, contudo, pode-se dizer que os desacordos encontram-se nas estratégias, enquanto os objetivos seguem, de forma geral, uma continuidade histórica. Isso não é nada de novo para a política estadunidense, esta dinâmica parece ser estrutural na condução da política externa deste país.

Em linhas gerais, o discurso oficial, que dá forma à retórica do establishment norte-americano, no pós-1989, oscilou entre três tradições²: o isolacionismo que preconizava que os EUA deveriam diminuir suas ações externas, reduzir seus gastos e voltarem-se as questões internas; os internacionalistas-multilateralistas que indicavam dificuldades para a manutenção da hegemonia dos EUA num mundo com novos atores e ameaças sem a renovação dos recursos de poder e a cooperação; e os internacionalistas-unilaterais, que enxergam na ordem mundial unipolar do pós-1989 como momento de expansão da hegemonia, agindo unilateralmente contra qualquer ameaça à realização dos interesses nacionais, sendo a força militar recurso primordial. O embate entre essas duas últimas tradições é também conhecido como entre *doves x hawks*, ou seja, as pombas (multilateralistas) contra os falcões (unilateralistas) (PECEQUILO, 2005).

O discurso oficial assume a predominância entre o campo isolacionista e o internacionalista em períodos históricos e administrações determinadas num duradouro debate entre os campos, que se reflete nas esferas de decisão da política externa norte-americana, a Casa Branca, mas também o Congresso, emerso numa miríade de grupos de interesses de todo o tipo e correntes políticas, o que faz com que a formulação da política externa norte-americana seja mais complexa do que aparenta num primeiro

² Essas três divisões não esgotam as possibilidades de classificação do período.

olhar. Prender-se numa imagem de republicanos e democratas enquanto partidos coesos, no qual o último defende uma postura internacionalista e o segundo isolacionista é cair em simplismos, que não dão conta de romper o senso comum ao analisar a política externa dos Estados Unidos.

Pós-Guerra Fria: Garantindo a Vitória

A possibilidade real do “poder global”, afirma Fiori (2008), surge com o fim da União Soviética, que coloca os Estados Unidos com a possibilidade, única na história, de conquistá-lo, isto é, um poder militar insuperável e não colonial, que é distinto dos impérios do passado. O poder global conquistado pelos EUA tem suas bases “[...] no controle de estruturas transnacionais, militares, financeiras, produtivas e ideológicas de alcance global, mas não suprime os Estados nacionais.” (FIORI, 2001, p. 63 *apud* FIORI, 2007, p. 94). A queda da União Soviética impulsiona o projeto de dominação neoliberal, no sentido de subordinar as economias nacionais ao capital global, mormente, norte-americano. Assim, aliada à liberdade para o recurso à força, o controle também seria exercido pela via econômica e da abertura das economias nacionais, reforçada pelas políticas do FMI e do Banco Mundial. Em resumo,

O projeto neoliberal é uma peça no grande projeto imperial dos Estados Unidos, que não se inicia com o término da Guerra Fria, muito menos com o desmonte da URSS. Estes eventos, obviamente, impactam na estratégia e produzem outras saídas, principalmente retóricas, mas que não mudam o curso imperial. Ora, se a ameaça sovieta jazia no frio siberiano, era preciso lançar mão de novos inimigos que justificassem as intervenções e a “nobre” necessidade dos Estados Unidos no mundo. No período Reagan-Bush os terroristas internacionais ganham as páginas, nas administrações subsequentes no pós-Guerra Fria, os inimigos “[...] narcotraficantes hispânicos, os fundamentalistas islâmicos, árabes enlouquecidos e outras criações úteis”, surgem e, paulatinamente, são exploradas ao máximo nos discursos oficiais, até que cumpram seu dever e consigam a anuência da população, buscando repetir a fórmula usual na qual “[...] o medo de algum Grande Demônio, seguido da admiração

quando os nossos Grandes Líderes heroicamente o superam e marcham para novos triunfos.” (CHOMSKY, 1993, p. 128-129).

De acordo com Fiori (2008), a doutrina estratégica para o século XXI toma forma e é anunciada pela primeira pelo presidente Bush I, em 1989, esta nova estratégia estava contida no documento “Defense Planning Guidance” (DPG) que vazara ao NYT, nela ressalta-se a “contenção preventiva universal”, uma política de contenção voltada para qualquer potência regional que busque a primazia em sua região ou mesmo tentencie conquistar o poder global. O presidente Bill Clinton dá sequência a esta doutrina, recorrendo a ela como justificativa de suas inúmeras intervenções militares, a despeito de sua retórica globalista e pacifista, diz-nos Fiori:

[...] na década de 1990 os Estados Unidos consolidaram uma infraestrutura de poder global, com cerca de 750 bases militares, 350 mil soldados e acordos de ajuda militar com cerca de 130 países, o que permitiu aos Estados Unidos, um controle quase monopólico dos oceanos e do espaço aéreo e sideral. (2008, p. 38-39).

O fim da Guerra Fria não teve uma nova “constituição do mundo” por parte das grandes potências, como aconteceu após os grandes conflitos no sistema internacional, desde Westfália em 1648 até Yalta, Potsdam e São Francisco em 1945. As tentativas existiram, segundo Fiori, foram duas, em Houston e outra em Dublin, em 1991, mas que perderam qualquer possibilidade de protagonismo ou força, diante da “[...] estrondosa demonstração de força militar americana na Guerra do Golfo [...]” (2007, p. 95). Desta forma, seja em Chomsky ou em Fiori, a insegurança e instabilidade do pós-Guerra Fria não decorrem do fim do comunismo e da ascensão de outras ameaças, mas, pelo contrário, do fim da situação bipolar anterior, na qual EUA e URSS se continham.

[...] entre 1945 e 1991, esta bipolarização tinha alcance mundial, e seu desaparecimento não deixou apenas um vácuo no campo do poder e dos valores internacionais; deixou uma incógnita absolutamente nova e radical, porque até então o sistema mundial ainda não tinha vivido a possibilidade real de constituição de um “império mundial” capaz de impor sua vontade política e seu arbítrio econômico sem enfrentar nenhum tipo de resistência política ou militar, como sempre aconteceu nas situações de “equilíbrio de poder”, ou mesmo, nas “situações hegemônicas”, dentro do núcleo central do sistema. (FIORI, 2007, p. 96).

Claramente, avalia Fiori (2008), não se pode imputar exclusivamente aos Estados Unidos a conjuntura internacional deste início do século XXI, esta sofreu e sofre influência de outros atores, sejam estatais e não estatais, o *master plan* do império mundial norte-americano não se desenrola num mundo monolítico. Neste sentido, buscamos olhar para além da retórica do período pós-Guerra Fria, em que, segundo Chomsky (1993), os Estados Unidos vendem ao mundo a democracia e os direitos humanos aliada de doutrinas econômicas, quando são reais instrumentos de poder empregados por Washington. Assim, diz-nos Fiori, a expansão contínua do poder imperial norte-americano é essencial para “[...] entender a conjuntura geopolítica internacional, como a evolução da economia americana permanece essencial para qualquer análise do presente e do futuro da economia internacional.” (2008, p. 34).

De Bretton Woods à Globalização.

John Maynard Keynes e Dexter White buscavam construir um novo sistema monetário internacional para o pós-Segunda Guerra que tivesse como meta o desenvolvimento econômico internacional. Para isso, este sistema/regime deveria ter regras claras, previsíveis e que não privilegiasse nenhum país ou fosse manipulável. O ouro fora mantido como âncora do sistema, ou seja, como a terceira moeda e o dólar que já assumia grande proeminência como principal moeda usada no comércio internacional teve seu valor de troca fixado a partir do ouro, como as demais moedas. Assim, caberia a uma nova organização internacional, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estabelecer cooperativamente entre os países, que faria com que os outros países aceitassem tal mudança no valor nominal de uma moeda, caso esta fosse para corrigir um “desequilíbrio fundamental na conta corrente de um país” (GOWAN, 2003). Porém, segundo Pereira (2012), logo após três anos das Conferências de Bretton Woods, o projeto de estabilidade monetária, livre comércio e liberdade crescente para os fluxos de capital sustentado pelos pilares FMI e BIRD³ foi escamoteado frente à busca dos

³ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, mais conhecido como Banco Mundial. (PEREIRA, 2012).

Estados Unidos de manter a Europa sem influências comunistas, o que se produz numa doutrina de contenção naquele continente e o deslanche do Plano Marshall.

O BIRD foi, em larga medida, uma criação dos EUA, que o forjou como parte de sua rede de poder infraestrutural externo. [...] A subida do banco à condição internacional relevante foi escorada, do ponto de vista político e financeiro, pelos EUA, que sempre foram o maior acionista e o membro mais influente. [...] mais do que qualquer outro grande acionista, os EUA se beneficiaram da ação do banco em termos econômicos e políticos, tanto no curto como no longo prazo. (PEREIRA, 2012, p. 418).

Este período de vigência de Bretton Woods, conhecido como a “idade de ouro” do capitalismo durante o pós-guerra, não pode ser compreendido como fruto espontâneo do mercado, pois como afirma Franklin Serrano, tratou-se de “[...] um arranjo internacional baseado em políticas econômicas altamente intervencionistas e inteiramente baseadas numa postura muito ‘generosa’ da potência capitalista dominante”. (2004, p. 188). Os motivos de tais arranjos encontram-se intimamente ligados à Guerra Fria, na batalha entre o mundo de orientação capitalista e o de orientação socialista. No entanto, de acordo autor, ao longo da idade do ouro do capitalismo, os EUA, mesmo em meio a acumulados déficits da balança de pagamentos, velejava com bons ventos, tudo isto devido ao dólar ser a “moeda-chave” das relações comerciais, o que permitia à economia norte-americana pagar grande parte de seus déficits na sua própria moeda e não em ouro, soma-se a isto a saída e entrada de capitais se compensarem e serem feitas em dólar, o que garantia aos Estados Unidos que seu ouro não fosse mexido independentemente do déficit global de sua balança de pagamentos.

No entanto, para Fiori (2007), a hegemonia também começou a ruir por força do próprio sucesso do mecanismo de acumulação de poder e de riqueza que foi criado. Isto é, seus “sócios econômicos”, sobretudo, Alemanha e Japão, mostravam cada vez mais interesse em competir por mercados e territórios com o irmão maior, os EUA, no sentido de expandir suas economias pujantes e que se encontravam na vanguarda da revolução técnico-científica do capitalismo: “[...] foi quando ocorreu a ruptura e o fim da “era do ouro” do crescimento capitalista, e terminou a “hegemonia mundial”

exercida pelos Estados Unidos entre 1945 e 1973” (2007, p. 90). O que fez com que muitos vaticinassem que se tratava do declínio dos EUA enquanto superpotência e a emergência de novas potências que, para alguns, viriam a superar o poder norte-americano.

Encontra-se em outra importante característica de Bretton Woods, a “repressão financeira” internacional, que domava os grandes operadores privados internacionais impedindo-os de movimentar seus recursos livremente entre os países, um dos grandes imperativos para a ruptura com o sistema do pós-Segunda Guerra. Esta “repressão” implicava que os recursos de investimentos deveriam ter sua fonte nos próprios países e que os países definiriam as funções nas quais os especuladores financeiros poderiam atuar, assim, os países permaneciam com o direito de “dominar e definir” as atividades financeiras dentro do país, assim como os rumos do desenvolvimento econômico nacional.

A retórica da administração Nixon era que a justificativa para abandonar as estruturas de Bretton Woods estava no fato de que estas estruturas prendiam os EUA e davam liberdade para seus competidores ao favorecer o mercantilismo europeu e japonês, que mantendo suas moedas desvalorizadas tomavam mercados que antes eram dominados por norte-americanos e ameaçavam sua indústria, tratava-se do “Dilema de Nixon” (SERRANO, 2004). Frente aos problemas, os EUA, durante a administração Nixon, tinham outras saídas que não fossem a dissolução do regime de Bretton Woods, eles poderiam, diz-nos Gowan:

[...] empreender os ajustes econômicos necessários para colocar seu déficit sobre controle – cortando os gastos militares externos e reduzindo as importações, talvez através da deflação interna – ou poderiam desvalorizar o dólar frente ao ouro, assegurando dessa forma que os países superavitários pudessem comprar menos ouro com os seus dólares excedentes. (2003, p. 41).

Desta forma, a “crise do dólar” estava planejada e em pouco tempo aconteceria, suas bases já vinham sendo montadas desde a década de 1960, o ponto de recrudescimento ocorreu com a desvalorização do dólar e a abolição do sistema de

controle de capitais em 1974, diz-nos Fiori (2007, p. 93), “[...] (a) ‘crise do dólar’ não foi um acidente nem uma surpresa, nem muito menos uma derrota; foi um objetivo buscado de forma consciente e estratégica [...]”. Os Estados Unidos precisavam enfrentar as consequências de sua própria política expansiva, porém, mesmo dentro do establishment não havia consenso em torno das estratégias.

Outro resultado desta estratégia de Nixon, para Gowan, foi o êxito em alçar os bancos privados norte-americanos a outro patamar no sistema financeiro internacional, como veículos da reciclagem da enorme receita em dólar dos países produtores de petróleo, que, não tendo como absorver tais recursos em seus setores produtivos, recicla esse dinheiro em bancos ocidentais para outros países, esses são os chamados petrodólares.

Esta é uma situação única que conferiu aos Estados Unidos grandes liberdades no sistema monetário e financeiro internacional, a posição de moeda corrente internacional que o dólar assume, a partir deste momento, libera-os de restrições em relação à balança de pagamentos, comuns aos outros países. Gowan (2003) chama esta posição privilegiada de “senhoriagem do dólar”, pois ela permite que os EUA gastem mais do que ganham no exterior e com isso possam, por exemplo, manter suas várias bases militares e postos avançados em outros países livre de restrição cambial, o que também favorece a atuação de suas transnacionais, assim como seus especuladores, pois a “[...] senhoriagem do dólar inclui dar ao sistema financeiro americano grandes vantagens como a principal fonte mundial de crédito (2003, p. 53)”. Por exemplo, as variações no preço do dólar internacionalmente têm grandes efeitos no mundo, mas não produzem nenhuma consequência de grande adversidade aos Estados Unidos.

Portanto, das soluções buscadas para a crise da década de 1970, a escolhida foi a que levou à expansão do processo de “globalização”, isto é, ao surgimento de um novo “regime econômico⁴”, que Gowan chama de “Dollar-Wall Street Regime”, dado pela

⁴ Peter Gowan apropria-se da base da definição de regime de Stephen Krasner para caracterizar o padrão Dólar-Wall Street, mas modifica-a produzindo uma definição de regime que é signatária de Krasner, mas própria de Gowan, assim, para ele, “DWRS é um regime no sentido de um mecanismo internacional cujas estruturas e padrões governam as interações [...] ele desempenha o papel da estrutura

sigla DWSR (Regime do dólar-Wall Street - RDWS). É preciso ter ciência de que a globalização só adquire a força que têm no pós-Guerra Fria devido à existência de um novo regime monetário e financeiro que produz sua dinâmica, que não surge fruto de espontaneísmos ou das forças invisíveis do mercado, mas tem sua existência em escolhas políticas tomadas conscientemente pelos Estados Unidos, num processo que tem seu pontapé inicial na década de 1960.

Vaticina Gowan:

As relações monetárias e financeiras internacionais são sempre produto tanto da economia quanto, sobretudo das escolhas dos países dirigentes. Estudos sobre a globalização que não explorem as dimensões políticas do regime monetário internacional que existiu desde 1973 deixarão de fora aspectos fundamentais da globalização. Esse sistema monetário internacional funcionou tanto como um “regime econômico” internacional quanto como um instrumento potencial de política econômica e de política de poder. (2003, p. 24-25).

As crises financeiras tornam-se cada vez mais constantes com o novo regime, mesmo que provocadas intencionalmente como os choques do petróleo. Gowan identifica como um aparente paradoxo o fato de as crises financeiras do Sul global não enfraquecerem o regime do DWS, mas fortalecê-lo, o que dá pela maneira como está integrado o sistema financeiro e monetário internacional. No primeiro momento, dada à existência da crise, os países têm uma enorme fuga de recursos, que se deslocam diretamente para Wall Street que se fortalece; precisam de divisas para pagar os serviços da dívida, que se dá através do dólar; e o uso do FMI para cobrir os riscos dos operadores financeiros somado ao poder que as instituições internacionais de crédito assumem sobre as finanças da economia nacional (GOWAN, 2003).

Por traz desses processos, os países periféricos foram se “financeirizando” como nunca antes, isto é, o capital financeiro foi dominando o processo produtivo desses países, e expandindo enormemente a sua influência política. Desta forma, os mercados internacionais passaram a ter grande importância na vida de todos os indivíduos desses países, mesmo que isso não esteja explícito. Qualquer que seja a reforma a ser feita nos

monetária e financeira que os países enfrentam em suas tentativas de lutar com uma ampla gama de situações-problema em política e economia, no nível internacional e interno (2003, p. 67-68)”.

organismos multilaterais, precisamos levar em conta que estas são instituições que, genuinamente, servem ao poder e aos interesses de um grupo pequeno de países “aliados” dos Estados Unidos. Isto resulta em que:

[...] todo o sistema do FMI/Banco Mundial é programado para transferir os custos das jogadas de poder do mundo Atlântico para a maior parte da humanidade, que vive no Sul. [...] Pela intervenção do FMI/Banco Mundial, o país em crise torna-se mais tarde capaz de se reintegrar ao DWRS, mas dessa vez com grandes problemas de serviço da dívida e geralmente com uma estrutura financeira e econômica interna enfraquecida. Enquanto isso, o ambiente externo é tão volátil quanto nunca, e o país em questão tem mais probabilidade do que nunca de se deparar com uma nova crise financeira em um futuro não tão distante. (GOWAN, 2003, p. 66, 194).

De acordo com Atilio Boron (2010), a utilização de novos instrumentos de dominação extremamente sofisticados, os organismos e agências internacionais e multilaterais, constituem grande inovação do que ele chama de “novo imperialismo”. São instituições a serviço de Washington, com destaque ao papel do FMI e do BIRD, que na forma de condicionantes de ajudas e empréstimos financeiros, forçam os países a empreenderem ajustes na sua economia, de modo a favorecerem o capital transnacional, mormente norte-americano.

O descolamento da hegemonia financeira dos Estados Unidos serve às suas outras dimensões de poder, é incorrer em equívoco analisar o projeto global norte-americano somente a luz de sua estratégia de segurança nacional ou dos dados econômicos, neste sentido, a separação liberal de economia e política dificulta a análise dos caminhos trilhados por Washington no pós-Guerra Fria. Afirmam Duménil e Lévy (2007, p. 145), que “[...] se os Estados Unidos não tivessem gozado desta posição dominante jamais teriam sido o agente desta globalização e nenhum país teria sido o vetor da nova ordem financeira”.

Neste período, o capital financeiro retoma seu ciclo de expansão, sob a égide de uma política econômica neoliberal, centrada em ajustes econômicos e abertura dos mercados. As crises do capitalismo no regime pós-Bretton Woods permitem aos Estados Unidos reforçar o domínio do neoliberalismo, expandindo-o a territórios cada vez mais distantes e a Estados que antes das crises resistiam à onda neoliberal, essa foi

uma agenda repetida por diversas vezes na década de 1990, com a administração Clinton aproveitando-se da posição única dos EUA. Para Duménil e Lévy (2007), Washington pouco se preocupou com o efeito devastador das crises financeiras nos Estados afetados, mas dedicou-se a expandir o domínio das finanças e a defender e favorecer seus interesses. Com este mecanismo, segundo os autores:

[...] a saída da crise e o reforço da hegemonia das finanças estadunidenses devem coincidir. É um aspecto singular desse duplo ou triplo jogo neoliberal: colocar-se como garantia da saída da crise, conduzir essa saída a sua maneira sem se preocupar em demasia com os danos que os demais sofrem, e fazer surgir uma ordem que garanta a preeminência dos interesses estadunidenses, em particular os financeiros. (2007, p. 153).

Desta forma, afirma Wood (2003, p. 160), “[...] o que se seguiu foi o período que chamamos de globalização, a internacionalização do capital, seus livres e rápidos movimentos e a especulação financeira mais depredadora em todo o mundo”. O capital norte-americano precisava que as economias se ajustassem as suas novas necessidades, assim, as implicações destes ajustes foram severas no terceiro mundo, no que foi chamado de “Consenso de Washington”, através do qual os Estados Unidos “forçaram” os países do terceiro mundo a passar por “ajustes estruturais” em suas economias a fim que elas se abrissem ao capital norte-americano, cabendo ao FMI e ao Banco Mundial ditar as condições e formas em que se dariam os ajustes. De acordo com Wood, o controle da economia global fortalecido pelos ajustes pós-Bretton Woods deram aos EUA a possibilidade de manejar as outras economias ao sabor das necessidades de capital interno, “manipulando as suas dívidas, as regras do comércio, a ajuda externa e a totalidade do sistema financeiro” (2003, p. 161).

Olhando além da fumaça da globalização, Duménil e Lévy (2007) asseveram que a internacionalização do capital e a globalização dos mercados – as barreiras à circulação de pessoas tende a aumentar exponencialmente com a globalização – refletem o desequilíbrio de poder, mesmo no centro do capitalismo, com uma disparidade muito maior na relação desigual centro-periferia. “Ao contrário, a afirmação

do neoliberalismo coincidiu com um renovado vigor da hegemonia dos Estados Unidos; em última instância, das finanças estadunidenses” (2007, p.144).

O projeto norte-americano no pós-Guerra Fria visava consolidar e “globalizar” o poder dos Estados Unidos, sobretudo durante a década de 1990, quando Washington deveria controlar os principais resultados econômicos e políticos mundiais no próximo século (GOWAN, 2003). Esta foi a década da globalização, e nas rédeas deste processo estava a administração Clinton na Casa Branca, era o turno democrata para levar adiante o projeto global dos Estados Unidos.

Durante a administração Clinton, tanto a palavra globalização quanto a palavra neoliberalismo tornaram-se de uso corrente no ocidente, contudo, como já evidenciado, estes não são fenômenos recentes, mas neste período assumiram a vanguarda do discurso econômico e tornaram-se armas da política externa norte-americana para atingir seus interesses econômicos e políticos em todo o globo. Na radicalização desta empreitada, os programas das organizações multilaterais são remodelados a fim de que sejam instrumentos fundamentais para a expansão da globalização e do neoliberalismo. Assim, as mudanças necessárias para que as economias nacionais abram-se ao capital global seriam implementadas pelos próprios países, que, por sua vez, seriam, também, os responsáveis por quaisquer efeitos negativos à sua população.

Uma série de organizações e foros internacionais foram criados na década de 1990, em que os EUA, como de costume, dominam o centro de poder. Dentre elas, a Apec (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) em 1993, o Nafta (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) em 1994 e o aprofundamento das negociações do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio) que lança as bases para a OMC (Organização Mundial do Comércio).

O processo de globalização é apresentado como um fruto imparável do desenvolvimento técnico-científico, mas a realidade dos fatos é outra, o esforço de reduzir a globalização a imperativos de ordem puramente tecnológica e econômica têm como finalidade obnubilar o real papel dos EUA neste processo e como a globalização presta-se a seu projeto global. Portanto, segundo Ellen Wood (2003), devemos nos atentar para quais são os efeitos da globalização e quais não são, a despeito da retórica

globalista do *mainstream*, do esforço deste para aceitar este processo como natural no desenvolvimento dos países. Por exemplo, o fluxo cada vez mais rápido do capital na economia global não significa necessariamente que os mercados estejam integrados.

Robert Cox (2007) salienta em sua análise os dois principais aspectos da Globalização, os quais ele chama de: organizações globais de produção e finanças globais. O primeiro, diz-nos Cox, “redes transnacionais complexas de produção que obtêm vários componentes do produto em lugares que oferecem as maiores vantagens em termos de custos, mercados, impostos e acesso ao trabalho apropriado [...]” (2007, p. 368). Quanto ao segundo, “em sua maior parte, um sistema não regulamentado de transações em dinheiro, crédito e ações”.

Juntos, esses elementos constituem uma *economia global*, isto é, um espaço econômico que transcende todas as fronteiras dos países, e ainda coexiste com uma *economia internacional* baseada em transações que respeitam as fronteiras dos países e é regulamentada por acordos e práticas entre Estados. (Cox, 2007, p. 368).

Em decorrência da globalização, as sociedades nacionais estão se reestruturando e o mundo vê emergir uma “estrutura social global”, diz-nos Cox (2007, p. 369), “A globalização é dirigida por uma classe transnacional de administradores que consiste em diversas frações (norte-americana, europeia, japonesa)”. Este mundo da globalização é, também, o da produção “pós-fordista”, isto é, as grandes linhas de produção em massa deram espaço a uma estrutura de produção descentralizada, que conta com diversas subsidiárias responsáveis por partes da produção espalhadas pelo globo e situadas nos locais em que a mão de obra é barata, os impostos são baixos e as margens de lucro elevadas, mas com o centro de controle permanecendo ainda situado no Estado de origem da empresa capitalista. Para Cox, “As economias de escala foram substituídas por economias de flexibilidade. [...] No processo de reestruturação da produção, o poder mudou dramaticamente do trabalho para o capital” (2007, p. 370).

Devido à globalização o estado retira-se de uma série de funções sociais, consideradas mal administradas e, por isso, entraves ao êxito econômico, segundo os ditames do neoliberalismo, ele também opta pela via da privatização livrando-se de

empresas públicas. Estas medidas, fruto do ajuste estrutural, impulsionadas diretamente pelo Banco Mundial, produzem a impressão de que realmente trata-se de uma retirada do estado, contudo o estado ainda é o único que oferece as condições para a acumulação de capital global, no centro do capitalismo e na periferia. Ganhou eco na opinião pública a ideia de que o estado, para sua eficiência, precisa reduzir suas tarefas a assumir uma dimensão mínima. Durante a onda neoliberal, sobretudo as décadas de 80 e 90 do século XX, muito se disse da “saída do estado” em prol do mercado, contudo, na primeira década do século XXI, o movimento seria outro, o do “retorno do estado”.

O que suplanta as interpretações de que na globalização os Estados retiram-se frente às corporações transnacionais e as organizações internacionais. O sistema de múltiplos Estados nacionais está na base do capital global, isto é, este precisa dos Estados nacionais para realizarem em seus territórios as funções administrativas, legais e coercitivas que o sustentam, ou seja, o mundo global é, na verdade, o mundo dos Estados nacionais. Cada estado ou soberania local tem seus próprios interesses, o que torna o sistema de múltiplos Estados mais problemático ao novo imperialismo, assim, é necessário um poder militar global que mantenha todas as nações na linha cumprindo suas funções para a manutenção do sistema global (WOOD, 2003). Desta forma, obviamente, o estado não finda com a globalização, ele é o garantidor local, dentro das fronteiras nacionais, do êxito do capital global. O que vemos em “idas” e “retornos” do estado, diz-nos Vilas, é que em tempos de bonança o estado diminui frente à eficiência do mercado, mas a qualquer sinal de crise, o estado retorna como último salvador do sistema. É importante discutirmos a internacionalização do estado, fato que está à sombra da discussão sobre a retirada do estado no que seria um mundo globalizado, usando Poulantzas, diz-nos Panitch e Gindin,

[...] a tendência real que surgiu a partir da crise dos anos setenta foi a de “transformações internalizadas do próprio estado a fim de assumir a responsabilidade da internacionalização das funções públicas em benefício do capital”. Portanto, os Estados-nação não estavam desaparecendo, mas somando responsabilidades. (2004, p. 43).

Ao fim do desmonte do que era o sistema original de Bretton Woods, o capital norte-americano alçou o capitalismo como “[...] projeto global através do desenvolvimento de mecanismos formais e informais de coordenação internacional” (PANITCH; GINDIN, 2004, p. 46). “O consenso de Washington”, a agenda política e econômica norte-americana para o terceiro mundo, promovida pelo Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Secretaria de Tesouro do governo dos Estados Unidos. O consenso tinha “[...] dois pressupostos teóricos: a economia neoclássica como ciência reitora da organização política e social, e a globalização como força devastadora a partir da qual se analisa as diversas problemáticas e realidades nacionais” (VILAS, 2010, p. 102). Nota-se o crescente fenômeno de “periferização do centro”, os grandes bolsões de pobreza no centro do capitalismo, EUA, Europa Ocidental e Japão. O discurso da “globalização neoliberal”, com suas receitas ortodoxas de ajustes monetários, corte de gastos sociais e elevação de impostos, gera o descontentamento generalizado na América Latina e nas demais regiões em desenvolvimento, o que repercute numa maior organização dos movimentos sociais e partidos de esquerda, a fim de reverter o quadro de desigualdade e miséria fruto do neoliberalismo.

Em síntese, nos Estados Unidos, a radicalização do neoliberalismo representou uma resposta política, em grande medida, ao que ainda restava das agências do New Deal e de empreender uma fatal derrota dos keynesianos, ou seja, empreender um desmonte dos avanços democráticos adquiridos pelas classes subalternas durante o período do ouro do capitalismo.

Como vimos, é preciso recuar ao início da década de 1980 para entendermos as crises do período e como elas contribuem para a continuidade e êxito do DWSR. Trata-se das crises da dívida na América Latina e do leste e centro europeu, engatilhadas por Paul Volcker, presidente do FED (Banco Central dos EUA), que tiveram consequências tamanhas a ponto de alguns economistas preverem o colapso do sistema bancário norte-americano. Contudo, como ressalta Gowan (2003), o êxito da crise foi a possibilidade ostensiva dos Estados Unidos, dada a fragilidade destes países, de usar de sua influência para favorecer a entrada de seus capitais na economia doméstica, nos regimes financeiros, e no mercado desses países. Foi durante a administração Reagan, que os

planos de “ajustes estruturais” ganharam protagonismo, tornando função do FMI e do Banco Mundial empreendê-los na América Latina sob a retórica do “novo desenvolvimento global”.

Seguindo a forte interferência nos programas das principais organizações multilaterais empreendida pelas administrações anteriores de Reagan e Bush, a administração Clinton radicalizou o uso destas organizações, colocando-as a serviço da estratégia norte-americana, voltadas a abrir as economias nacionais, e, especialmente, as do leste europeu e do sudeste da Ásia, mais resistentes ao agressivo avanço do capital norte-americano. A instrumentalização desses programas era apresentada pela retórica dominante como uma nova fase, o início de um “sistema cosmopolita de governo global”, que faria esvanecer as rivalidades entre os países, através do domínio de leis internacionais que todos seriam submetidos (GOWAN, 2003).

Com a Estratégia de Segurança Nacional (NSS - *National Strategy Security*) apresentada em setembro de 2002, o governo Bush marcou a linha dura da política externa norte-americana contra o terrorismo que, supostamente, era uma ameaça real à hegemonia global dos Estados Unidos. Em conjunto com o NSS de 2002, o governo dos Estados Unidos lançou uma campanha de propaganda interna a fim de fabricar o apoio necessário para a Invasão ao Iraque, a ideia era ligar Saddam Hussein diretamente aos ataques de 11 de setembro e a intenção de cometer outros ataques aos EUA.

Muitos analistas afirmam que a NSS - 2002 do governo Bush representa uma grande ruptura na política externa norte-americana durante a Guerra Fria, baseada na contenção da União Soviética e a promoção da democracia liberal e da economia de mercado; e na década de 1990, com as administrações Bush I e Clinton, de reforço ao multilateralismo e do apelo globalista. Do ponto de vista da retórica, sim, há mudanças, mas que não impactam em descontinuidades significativas. Obviamente que a administração Bush II, ao tender à retórica extremista, ao desdém ao direito internacional a outros Estados, reforça o unilateralismo norte-americano, isto somente difere da retórica das administrações anteriores, pois:

[...] não há nada de novo na convicção da equipe de Bush no que diz respeito ao principal objetivo da política exterior norte-americana que consiste em estabelecer a hegemonia sobre um sistema global de Estados mais ou menos soberanos, e que a superioridade militar massiva esteja na medula desse projeto. [...] a atual Doutrina Bush é uma manifestação peculiarmente extrema da antiga visão estratégica. Mas, por mais conotações destrutivas que assuma, tem suas raízes nas vastas ambições imperiais que guiaram a política exterior norte-americana desde a Segunda Guerra Mundial. (WOOD, 2003, p. 191-192).

Desta forma, a estratégia do governo Bush não deve ser vista como precursora de novas tendências ou mesmo algo de muito novo. Ao longo da história da política externa dos Estados Unidos, e mesmo na história mundial, a opção por discursos e ações beligerantes com riscos de produzirem mais conflitos foi algo corrente, pois o interesse estava sempre no fim último ou na manutenção deste, o poder global. O que há de novo, de acordo com Chomsky (2004), é que no período atual os perigos tornaram-se bem maiores e por isso, “A escolha entre hegemonia e sobrevivência poucas vezes foi exposta de modo tão evidente – se é que algum dia o foi (p.10)”. Assim, se os EUA jogam com o futuro do planeta, seus movimentos e discursos tornam-se importantes e, obviamente, devemos estar atentos.

Conclusão

A Estratégia de Segurança Nacional avisa ao mundo que os Estados Unidos encontram-se mais do que nunca preparados e dispostos ao uso da força a fim de manter sua hegemonia, ou seja, seu domínio sobre o globo. A nova estratégia de segurança nacional apresenta-se como resposta ao terrorismo transnacional e os novos perigos do sistema internacional, ao contrário do que muitos pesquisadores apresentam, não é advento de um novo período no pós-Guerra Fria. O discurso da NSS incita o mundo a se preparar, seu aviso é, na verdade, uma grande ameaça a todos os países que tenham a intenção de fugir da cartilha de Washington. Ele acirra os ânimos externamente, mas também internamente, o terrorismo interno nunca esteve tão em alta nos Estados Unidos.

Sob este pretexto, de que tudo pode vir a se tornar um inimigo interno, e, por isso mesmo, da dificuldade de se combater um adversário com tais capacidades, Bush II

chama os norte-americanos a estar em alerta, vigiarem e denunciarem qualquer indivíduo suspeito, montando um aparato de segurança que cada vez mais aproxima os Estados Unidos a um estado policial. A nova estratégia norte-americana, do combate ao terrorismo internacional, torna o sistema internacional ainda mais inseguro e instável.

A partir do momento que os Estados Unidos podem definir quem são seus inimigos e onde eles se encontram e agir de forma arbitrária, empreendendo ataques preventivos a qualquer estado que apoie ações terroristas ou mantenha bases em seu território, isto cria uma situação de guerra permanente. Portanto, precisamos ter claro que o projeto imperial já vinha sendo gestado desde muito tempo, como assinala Panitch e Gindin, “[...] a política explicitamente imperial que os estrategistas geopolíticos próximos ao partido Republicano já haviam desenhado, estava pronta e aguardando seu momento” (2004, p. 55). Para os autores, o empreendimento da guerra ao terror demonstra a imbricação do papel de mantenedor da ordem social global e do uso de seu poder militar a fim de proteger e promover os interesses nacionais norte-americanos no globo.

Isto quer dizer que enquanto as ameaças aos EUA forem vistas por estes últimos como um ataque ao capitalismo global em geral, o estado estadunidense terá cada vez menos paciência para fazer concessões que se interponham no caminho de sua conduta guiada por sua própria definição do interesse do capitalismo global e do uso ilimitado de seu poder estatal para resolver tais ameaças. (PANITCH; GINDIN, 2004, p. 55).

Primeiramente, capitalizando a comoção dos atentados, foi possível considerar a invasão ao Afeganistão como legítima defesa. Segundo Todorov (2010), a retórica oficial argumentava que, com a instalação dos militares norte-americanos no país e a implantação de um governo democrático, seria possível livrar aquele país das mãos dos terroristas. Realizada a invasão, o sucesso fora alardeado no ocidente, mas a retórica mostrou-se tremenda falácia e o resultado inverso se produziu, o sentimento de antiamericanismo nunca foi tão forte, a ocupação mostrou-se ineficaz, a manutenção dela e o aumento do contingente somente agrega mais instabilidade ao clima explosivo do país e que se estende a região. Diz-nos Todorov.

O público ocidental retém os objetivos declarados da ocupação: apoio à democracia, defesa dos direitos humanos expulsão dos malfeitores terroristas. Já a população afegã retém a realidade vivida: bombardeios cegos, centros de detenção e de tortura (como Bagram, protótipo de Abu Ghraib), apoio a dirigentes corruptos. (2012, p. 65).

Portanto, a invasão ao Iraque não foi levada a cabo sob o pretexto do direito de ingerência, mas a partir da existência de armas de destruição em massa naquele país, contudo o princípio de ingerência estava presente no NSS-2002. O grande êxito da invasão ao Iraque também serviu para consagrar a nova norma do direito internacional, que está em consonância com a estratégia imperial norte-americana. Isto é, a estratégia dos Estados Unidos para o século XXI, apresentada no NSS de 2002, teve o Iraque como seu primeiro teste, que também serviu de alerta aos demais países do sistema interestatal, principalmente aqueles com que manifestam afãs autonomistas. Fica claro que a guerra do Iraque era necessária do ponto de vista dos EUA demonstrarem seu poderio no raiar do novo século, para Chomsky (2004, p. 27), “[...] uma demonstração de força para ‘manter a credibilidade’ aos olhos do mundo [...]”.

REFERÊNCIAS:

- BORON, Atilio A. A questão do imperialismo. In BORON, A.A. *et al* (org.). A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2007.
- CHOMSKY, Noam A. Ano 501 – A conquista continua. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.
- CHOMSKY, Noam A. A nova guerra contra o terror. São Paulo: Estudos Avançados 16 (44), 2002.
- CHOMSKY, Noam A. Contendo a Democracia. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
- CHOMSKY, Noam A. O Império Americano: hegemonia ou sobrevivência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CONDE, Leandro Carlos Dias. A Continuidade do Poder: Os Contornos da Política Externa dos Estados Unidos do Pós-Guerra Fria (1989-2008). Monografia

(licenciatura) em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.

COX, Robert W. Gramsci. Hegemonia e Relações Internacionais: Um Ensaio sobre o Método. In GILL, Stephen (Orgs). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

DEFENSE PLANNING GUIDANCE, 1992. U.S. Strategy Plan Document. In The New York Times. Disponível em: <<http://work.colum.edu/~amiller/wolfowitz1992.htm>>. Acesso em: 25 Ago. 2013.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Crisis y salida de la crisis: orden y desorden neoliberales. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2007.

FIORI, José Luís. O Poder Americano. Petrópolis, Rj: Vozes, 2007.

GOWAN, Peter. A roleta global: uma aposta Faustiana de Washington para a dominação do mundo. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

LIMA, M. R. S. d. (1996). “Teses Equivocadas sobre a Ordem Mundial Pós-Guerra Fria.” Dados: Revista de Ciências Sociais 39(3): 393-421.

NATIONAL SECURITY COUNCIL. NSC-68: United States Objectives and Programs for National Security. A Report to the President Pursuant to the President's Directive of January 31, 1950. Disponível em: <<http://www.fas.org/irp/offdocs/nsc-hst/nsc-68.htm>>. Acesso em: 15 Ago. 2013.

NATIONAL SECURITY STRATEGY OF THE UNITED STATES OF AMERICA – 2002. Washington D.C., 17 de setembro, 2002. Disponível em: <<http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>> Acesso em: 25 Ago. 2013.

PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. Capitalismo global e império norte-americano. In: Socialist Register. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa dos EUA. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2aed, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes, Banco Mundial: concepção, criação e primeiros anos (1942-1960). Belo Horizonte: Varia História, v. 28, nº47, 2012.

SERRANO, Franklin. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, J.L. (Org.) O poder americano. Petrópolis: Vozes, p. 179-222, 2004.



Conjuntura Austral

TODOROV, Tzvetan. O medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TODOROV, Tzvetan. Os inimigos íntimos da democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VILAS, Carlos M. Las “idas” y “regressos” del Estado. Utopía y Práxis Latinoamericana. Año 15, nº 43, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. El imperio del capital. Madrid: El Viejo Topo, 2003.

Recebido em 10 de Janeiro de 2015. Aprovado em 23 de Abril de 2015.

RESUMO

O presente trabalho busca discutir, ainda que de forma concisa, a política externa norte-americana no pós-Guerra Fria, fazendo um recorte histórico de 1989 a 2008. Assim como também lançar luz ao papel dos Estados Unidos na economia política internacional, em sua estratégia de manter e estender seu poder global.

Palavras Chave: Política externa; Estados Unidos; Pós-Guerra Fria;

ABSTRACT

This paper discusses, albeit in a conciseway, the US foreignpolicy in thepost-Cold War, making a historical periodfrom 1989 to2008. Asalsoshed lighton the roleof the United States ininternational political economy, inits strategyto maintain and extendits globalpower.

Keywords: Foreign Policy; United States; Post-ColdWar;